

JUSTIFICATIVA

A ameaça de escassez dos recursos hídricos tem colocado a questão das águas no centro das preocupações e disputas em todo o mundo. Se não forem tomadas medidas urgentes contra degradação ambiental o desperdício, em 2.025, metade da população mundial não terá acesso a água potável.

O Brasil que é detentor de 12% das reservas mundiais de água doce enfrenta um grande desafio. Cerca de 70% dos rios em território nacional estão contaminados, isso porque, dos 54,2 milhões de domicílios, somente 12,1 milhões de domicílios, o esgoto recebe algum tipo de tratamento antes de ser despejado nos sistemas hídricos, o que significa que 80% dos domicílios não contam com serviço de tratamento de esgoto. O índice de esgoto tratado, em relação ao volume d'agua distribuído é ainda menor, não chegando a 12%.

Assim, a conservação e o uso racional da água é o próximo desafio brasileiro. Apesar de nossas imensas reservas de água doce, sua distribuição dentro do território nacional não se coaduna com a distribuição da população, especialmente a urbana.

Para se ter uma idéia para se ter uma idéia de tal distorção e o que isto representa basta lembrar que 80% do volume total das águas estão concentrados na região Norte, que registra a menor densidade populacional do país, 5% dos brasileiros. Ao restante dos brasileiros, ou seja, 95%, cabe dividir os 20% das águas restantes disponíveis.

Em São Paulo cerca de 3 milhões de pessoas ficam sem água nos períodos de estiagem. Na região Metropolitana de São Paulo a disponibilidade da água é a menor do país 200 m³/hab/ano, obrigando a importação de água de sistemas de bacias vizinhas, de modo que a solução para o problema do fornecimento da água à Grande São Paulo está muito distante e exigirá investimentos bilionários.

Em 2025, a população de São Paulo deverá chegar a 22 milhões de habitantes e para aumentar a oferta de água de 73m³/s para 105m³/s, será necessária a execução de pelo menos 11 projetos, a um custo estimado de 5,5 bilhões, o que corresponde de 9% do orçamento estadual para 2004, não contando o custo nove vezes maior em energia, para o seu bombeamento.

Segundo o professor da USP Aldo Rebouças, especialista em recursos hídricos, grande parte da solução para crise do abastecimento de água se concentra na economia da água, na criação de uma rede secundária para a água de reuso, do aumento da captação de água de chuva, além da ampliação da rede de tratamento de esgoto.

Dados da Secretaria do Estado de Recursos Hídricos mostram que a água de reuso para empresas instaladas em São Paulo, com o objetivo de evitar o uso de água potável nos processos industriais, na irrigação de jardins, resfriamento de caldeiras, etc, ainda é inócua.

O desinteresse das indústrias está no fato de não haver uma rede de distribuição de água de reuso. O fornecimento é feito por caminhões, o que não oferece segurança para manutenção da rotina de uma empresa.

Para agravar ainda mais a situação, nas regiões de grande densidade populacional, e segundo especialistas do Departamento de Ciências Atmosféricas da USP, em São Paulo entre 1999 e 2002, 60% das chuvas ocorreram nos centros urbanos e não nos mananciais, atraídas pelas ilhas de calor formadas pelas excessivas pavimentações e verticalização.

É por tais razões que a implementação de um Programa Municipal de Conservação e Uso Racional da Água em Edificações hoje já se consubstancia em uma necessidade inadiável que não pode ser relegada pelo Poder Público sob pena de em um futuro muito próximo condenar os munícipes paulistanos a uma situação permanente de escassez de água potável.

O referido programa tem como objetivo medidas que induzam à conservação, uso racional e utilização de fontes alternativas para captação de água nas novas edificações, bem como a conscientização dos usuários sobre a importância da conservação da água.

Incumbe ao Poder Público promover as medidas para racionalizar a utilização dos recursos naturais fundamentais para a sobrevivência humana, dentre os quais, a água. Neste aspecto ganha importância não só a tarefa de educar, mas o estímulo à adoção de atitudes concretas.

Essas ações possibilitam o uso de outras fontes para captação de água que não o Sistema Público de abastecimento, a exemplo à utilização de água servida como do tanque, máquina de lavar, chuveiro ou banheira.

As instalações hidráulicas das novas edificações serão projetadas visando o conforto e segurança dos usuários, bem como a sustentabilidade dos recursos hídricos, como sugestão, ressaltamos, a utilização de bacias sanitárias de volume reduzido de descarga, chuveiros e lavatórios de volumes fixos de descarga, torneiras dotadas de arejadores, instalação de hidrômetro para medição individualizada do volume de água por unidade.

O reaproveitamento da água da chuva para uso doméstico, industrial e agrícola, vem sendo visto por especialistas como um veio simples e eficaz para se atenuar o grave problema ambiental da crescente escassez de água por consumo. Essa metodologia é utilizada há anos na Europa, no Japão e em menor escala nos EUA.

Captar água da chuva significa não só economia nas contas, mas combate aos ciclos de escassez e de enchentes na cidade.

O armazenamento da água da chuva diminui o impacto das enchentes vez que boa parte do volume deixa de escorrer para os encanamentos fluviais.

O sistema de reaproveitamento da água da chuva para uma residência em construção de cinco pessoas é aproximadamente de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e apresenta vantagens ambientais e redução das contas de água em aproximadamente 30% a 50% do consumo de água encanada.

A captação, ao armazenamento e a utilização da água servida em uma residência com 04 pessoas que acione a descarga sanitária em média 16 vezes ao dia representa:

$16 \times 30 \text{ litros/dia} = 480 \text{ litros/dia}$
 $480 \text{ litros/dia} \times 30 \text{ dias} = 14.400 \text{ litros ou } 14,4 \text{ m}^3 \text{ de consumo mês}$
 $14,4 \text{ m}^3 \times \text{R\$ } 3,20 \text{ (valor p/ m}^3 \text{ cobrado pela Sabesp)} =$
 $\text{R\$ } 46,00 / \text{ mês / descarga.}$

Com as bacias de 6 litros:

$16 \text{ descargas de } 6 \text{ litros/dia} = 96 \text{ litros / dia} \times 30 \text{ dias} = 2880 \text{ litros} = 2,88 \text{ m}^3$
 $2,88 \text{ m}^3 \times \text{R\$ } 3,20 = \text{(valor p/ m}^3 \text{ cobrado pela Sabesp)} = \text{R\$ } 9,22 / \text{ mês / descarga.}$
Representando uma economia de $\text{R\$ } 46,00 - \text{R\$ } 9,22 = \text{R\$ } 36,78$.

O custo da bacia é de R\$ 50,00 e será pago em menos de 02 meses.

Os dados acima revelam uma economia de 11.560 m³ por mês ou 80% do consumo de água nas descargas sanitárias.

Com a troca de bacias sanitárias de 30 a 40 litros por bacias de 6 a 9 litros, disponíveis no mercado, cada casa economizará 11,5 m³.

Isto significa, para o Brasil, que possui 50 milhões de imóveis uma economia de 575 milhões de m³, ou seja, o volume do Rio São Francisco por mês ou um lago de Itaipu por ano de desperdício.

Em Nova York a TBP - Toilet Rebate Program economizou 60 milhões de água por dia, somente com a troca de bacias sanitárias. No México o programa iniciou em 1985 e Los Angeles também implantou o programa.

Como lembra Bertold Brecht "Do rio que tudo arrasta, se diz violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem". E são os homens que moldam para matar ou para fazer brotar de suas águas o futuro do planeta e da humanidade" .

Pelo relevante interesse público que encerra solicito aos meus nobres pares a aprovação da presente propositura.